

Uma nota de repúdio ao autoritarismo

PF
Comissão de trabalhadores da cultura levam sugestões e preocupações ao Buriti

Ivaldo Cavalcante

Não há greve nem festival de cinema que adiem por mais tempo a sucessão da Secretaria da Cultura. O governador Joaquim Roriz deve instalar amanhã um grupo de trabalho que se reunirá durante 72 horas para discutir e propor quatro nomes, dos quais ele indicará um para ocupar, já na próxima semana, a vaga de D'Allambert Jaccoud.

O esquema será o mesmo que Roriz empregou quando tratou da sucessão nas áreas de agricultura, serviço social, saúde e educação. Pelo menos foi o que informou Renato Riella, secretário de Comunicação Social, a seis membros da comissão de cultura que foram ontem até seu gabinete protocolar uma carta a ser entregue ao governador.

O documento (ver ao lado), que sintetiza as diretrizes e os princípios da nova política cultural elaborados por um grupo de participantes da área a partir de uma assembleia realizada — por iniciativa deles — na última sexta-feira, "visa dar subsídios ao governador e não indicar nomes", ressaltou Tetê Catalão, um dos que compareceu ontem ao Buriti.

Ele, ao lado do maestro Jorge Antunes, Nélio Lúcio, Romário Schetino, Guilherme Reis e Laís Aderne representaram a comissão cultural que conta com 15 membros efetivos e três suplentes, indicados pela assembleia que contou com a presença de 63 pessoas que lotaram a Casa da Cultura da América Latina.

Hoje, todos os componentes da comissão esperam uma audiência com o governador para tratar, durante a possível conversa, o que eles deixaram claro no papel: que a comissão existe e que se perpetuará, atuando não só nos momentos de sucessão, mas passando a ser uma câmara de cultura permanente, trabalhando em conjunto com o Conselho de Cultura do DF, instituição que ainda não existe, mas que eles pretendem agilizar.

Esta é uma das primeiras medidas que os integrantes da comissão querem que saia do papel, pois sem o Conselho, a Secretaria da Cultura continuará inoperante e omisa, e nunca cumprirá sua função de órgão normativo. Já com relação à

Fundação Cultural, a comissão revelou repúdio à atual administração, onde notou falhas, vícios e excesso de personalismo do titular. "Nada contra o artista Marlos Nobre, mas contra o administrador, que se distanciou e diluiu as assessorias técnicas", disse Tetê Catalão.

Diversidade

Renato Riella acredita que a diversidade de áreas que envolvem a cultura fará com que o governador conte com um grupo maior de trabalho do que quando convocou as outras comissões para os setores de agricultura, serviço social, saúde e educação. Ressaltou, porém, que estas reuniões foram muito proveitosas, citando que na área da saúde, por exemplo, o governador foi convencido de que o Hospital de Base precisaria ser fechado para reforma e, na de educação, ficou comprovado que 60 escolas se encontram em estado precário.

Diz que, tal como aconteceu com estas pastas, a da Cultura também terá a participação de representantes de órgão federal, no caso o MinC, de pessoas ligadas à área técnica da secretaria, de algum funcionário da Fundação, da UnB, de sindicatos, associações e também de representantes das cidades-satélites.

A comissão criada por iniciativa da própria comunidade explicou, no entanto, que não pretende indicar nomes para a secretaria. "Ela se encontra à disposição do governo, que pode, inclusive, indicar representantes para o nosso grupo", disse Tetê, esperando que o documento elaborado por eles auxilie as autoridades, agora cientes de que a classe repudia essa política cultural que, segundo os integrantes do movimento, vem causando momentos de crise. Mas isso pode chegar ao fim, já que, com a criação do grupo, ficou provado que artistas também sabem se reunir, se mobilizar, e mostrar unidade.

Com relação ainda à simples indicação de nomes, o documento entregue ao Palácio do Buriti ressalta que tal atitude seria perpetuar as falhas e os vícios que levaram a Fundação Cultural, e suas seguidas direções, ao autoritarismo e ao personalismo. Sinal de maturidade. E força.



Renato Riella (ao centro) e a comissão: governador quer ampla participação da comunidade

O documento: alerta contra o colapso

A atual situação em que se encontram as ações do Estado na área cultural do Distrito Federal tem suas raízes em motivos que levariam qualquer campo da atuação humana à falência de seus mais desejados objetivos.

Ao longo das últimas administrações (à exceção de um breve período sob a comoção da "Nova República") a sucessão de falhas vem se acumulando, produzindo o desacerto dos programas e o quase colapso das iniciativas promovidas por nossos realizadores culturais.

Por outro lado, tornou-se uma constante atitudes administrativas pautadas no autoritarismo e na centralização de decisões, tais como:

- dissolução de assessorias técnicas;

- distribuição de verbas, sem consonância com os interesses e necessidades da comunidade;

- interrupção de programas e ações;

- privilegiamento de certas manifestações artísticas em completo desrespeito àqueles que fazem a Arte e a Cultura em Brasília e aos que consomem os produtos advindos da criação cultural.

O perfil deste quadro está construído sobre características claras:

- absoluta falta de consulta à história da formação cultural do DF, às entidades de produção artística e à co-

munitude de maneira geral, e, principalmente, tomadas de decisões arbitrárias de administradores que refletindo, sobretudo, suas vaidades pessoais, suas preferências particulares e a influência de pessoas que agem, alheias à cidade, no espaço personalista e fechado da decisão política.

Nesse sentido, a comunidade ao refletir criticamente sobre a história de todas as administrações culturais nestes 28 anos de Brasília, não pode deixar de colocar que a atual gestão da FCFD representa uma síntese de falhas, de vícios e do personalismo de quem a administra. Acrescente-se que por uma indefinição de competências e propósitos a Secretaria de Cultura se vem caracterizando pela inoperância e omissão.

Frente ao atual momento político de mudança de Governo e consequentes nomeações para cargos administrativos, artistas, produtores culturais, intelectuais em geral e a comunidade interessada pela história dos movimentos artísticos de Brasília, reunidos na última 6ª feira, dia 11 de novembro, (vide ata em anexo) decidiram:

- zelar pela representatividade e legitimidade de suas posições, voltando, permanentemente, a consultar as bases comunitárias que lhe constituíram em poder, mediante um processo direto e participativo;

- criar uma comissão, eleita em assembleia, por voto secreto, que ve-

nha representar a sintonia de propósitos mesmo entre segmentos com histórias e desejos algumas vezes divergentes, para discutir e elaborar princípios básicos para uma proposta de relação entre criadores culturais e o Estado, o que se traduz em termos práticos na definição de instâncias de poder no seio da Secretaria de Cultura e desta com as outras Secretarias do GDF;

- não permitir que a discussão desse momento se reduza à simples indicação de nomes para a ocupação de cargos administrativos, uma vez que tal atitude seria perpetuar os desacertos acumulados;

- permanecer em estado de mobilização e vigilância permanentes no acompanhamento e avaliação das démarches e negociações que se fizerem no sentido da organização do setor cultural do Distrito Federal.

Nesse sentido e em razão da vontade manifesta por Vossa Excelência de convocar comissão que, a exemplo do ocorrido com outras Secretarias, possa estabelecer o perfil das necessidades da área da Cultura do Distrito Federal, damos ciência das decisões comunitárias tomadas e de nossa postura em defesa dos legítimos interesses da sociedade de Brasília.

Na certeza de que Vossa Excelência perceberá a significância da alternativa democrática que ora se lhe abre, apresentamos-lhe nossos cumprimentos.